Anais do XXVI Encontro de Iniciação à Docência
Pró-reitoria de graduação - ENID - 2024

https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/enid/index

RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB
O IMPACTO DO CRESCIMENTO DAS APOSTAS VIRTUAIS NA EFICÁCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE COM BASE NO RELATÓRIO 119/2024 DO BANCO CENTRAL

Felipe Anderson Candeia de Souza;
Gabriel Santos de Oliveira; Larissa Macêdo Cavalcante Chacon de Almeida; Marcia Glebyane Maciel Quirino;

Programa de Monitoria
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

A monitoria em Ciência Política no Curso de Direito envolve uma abordagem multidisciplinar que apresenta uma introdução ao direito público aos discentes ingressantes. Neste contexto, um dos principais assuntos abordados na disciplina é a introdução às políticas públicas e suas relações com o Direito.

O presente estudo situa-se no campo de análise das políticas públicas vigentes no Brasil e sua eficácia, tendo em vista os desafios vivenciados pela população brasileira na contemporaneidade. Nesse sentido, o recente relatório nº 119/2024 do Banco Central do Brasil-BCB (2024) indicou que a problemática das apostas virtuais também atinge os beneficiários do Programa Bolsa Família-PBF, pessoas em situação de vulnerabilidade que estão sob os efeitos do endividamento e vício em apostas nas chamadas "bets", ambientes virtuais de apostas.

Este cenário foi destaque em agosto de 2024 e despertou intensos debates na sociedade e nas instituições políticas. O governo federal e o Congresso Nacional estudam medidas para conter o avanço das apostas, especialmente entre os beneficiários do PBF. Compreender em que medida o aumento das apostas virtuais pode comprometer as políticas públicas de distribuição de renda, em especial o PBF a partir dos dados apresentados pelo BCB (2024), é o objetivo geral deste estudo.

Assim, parte-se do seguinte problema: como o aumento das apostas virtuais em "bets" pode interferir na eficácia da política pública instituída pelo PBF, a partir dos dados apresentados no relatório 119/2024 BCB?

Esta temática associa diversos assuntos da disciplina objeto da monitoria e permite aos monitores uma perspectiva única entre a associação da teoria e da prática.

METODOLOGIA

Os métodos empregados na investigação são voltados para uma pesquisa teórica com análise documental, revisando detalhadamente o relatório do BCB e estudos técnicos do IPEA sobre PBF. Há também o estudo da legislação vigente e de projetos de lei por meio da análise qualitativa, que envolve a leitura crítica e interpretação do conteúdo dos textos legais. E, para o aprofundamento futuro da pesquisa, o uso de análise de impacto regulatório visando mensurar o impacto potencial das novas mudanças legislativas antes de sua aprovação.

O estudo das políticas públicas na graduação em Direito é fundamental para compreender o papel do Estado na sociedade e no ordenamento jurídico. Dessa forma, a monitoria em Ciência Política reserva um lugar de destaque para o estudo das políticas públicas.

Discutir nas aulas de Ciência Política questões contemporâneas como esta são prioridade dos monitores no curso de Direito. A apresentação de casos práticos permite o melhor aprendizado e aproveitamento dos recursos didáticos empregados.

A atuação dos monitores durante os semestres letivos de 2023.2 e 2024.1 foi direcionada para proporcionar um acompanhamento mais eficaz aos discentes, com a apresentação de aulas expositivas que destacaram casos práticos, sempre sob a supervisão integral da docente. Os monitores tiveram oportunidade de vivenciar a docência em todas suas etapas, desde a elaboração dos planos de aula até a preparação e correção de avaliações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A popularização das apostas esportivas on-line aciona um alerta para a possibilidade do superendividamento da população. Nesse contexto, o recente relatório do BCB (2024) demonstra que há muitas empresas de apostas com grande movimentação financeira.

Apenas no mês de agosto de 2024, estas empresas de apostas movimentaram mais de 20 bilhões de reais (BCB, 2024). O relatório apontou que 5 milhões de apostadores pertenciam às famílias beneficiárias do PBF. Eles enviaram R$3 bilhões para as empresas de apostas via Pix, onde a média de valores gastos por pessoa foi de R$100" (BCB, 2024).

Esse cenário de aumento das apostas on-line pode comprometer políticas públicas como o PBF, programa que já foi responsável por uma significativa redução da pobreza extrema no Brasil. O PBF possibilitou que, até o ano de 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas deixassem de viver em condição de pobreza extrema (IPEA, 2019).

As políticas públicas podem ser definidas como programas de ação governamental que resultam de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados - processos eleitorais, de planejamento, de governo, orçamentário, legislativo, administrativo e até judicial -; visando a coordenação dos meios à disposição do Estado e das atividades privadas, para a realização de objetivos definidos e socialmente prioritários e relevantes (Bucci, 1997). Dessa forma, a eficácia de uma política pública é de interesse de toda a sociedade.

O aumento significativo de apostas on-line entre pessoas de vulnerabilidade econômica e social associado à carência de ampla regularização das chamadas "bets" podem contribuir para enfraquecer a política pública de distribuição de renda vigente no Brasil. Isso porque, ainda não existe uma robusta regulamentação dessas casas de apostas, apesar de terem sido autorizadas a funcionar há mais de 6 anos no país pela lei federal 13.756, em 2018.

Acompanhar as novas propostas de legislação é fundamental para evitar maiores prejuízos aos beneficiários do PBF. Casos práticos como este são importantes para a consolidação dos conhecimentos adquiridos pelos discentes e maior envolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de detalhada regulamentação no setor de apostas on-line pode contribuir em desfavor da eficiência de programas sociais de políticas públicas como o PBF. A mobilização dos Poderes Executivo e Legislativo para conter o crescimento das apostas por beneficiários do PBF pode produzir consequências diretas no PBF.

A publicidade abusiva e a facilidade de acesso às plataformas de apostas tornam essas atividades particularmente atraentes para os mais vulneráveis, que veem nas apostas uma solução rápida para suas dificuldades financeiras, o que acarreta impactos não somente econômicos como também psicológicos. Nesse contexto, o Ministério da Saúde (2024) priorizou o tratamento do vício em jogos em sua rede de atenção básica.

Há a constante necessidade de manutenção e aperfeiçoamento das políticas públicas pelo Estado. Também há a necessidade de uma ampla regulamentação do setor de apostas on-line. Compreender esta realidade é essencial para a formação acadêmica dos futuros juristas.

REFERÊNCIAS

BCB. Estudo especial n.119/2024. Brasília: BCB, 2024.

IPEA. Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade. Brasília: IPEA, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministra diz que vai reforçar ações nas equipes de saúde da família na assistência a pessoas com vício em apostas. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BUCCI, M. P. D. Políticas públicas e direito administrativo. Revista de Informação Legislativa, v. 34, n. 133, p. 89-98, jan./mar. 1997.